

TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA: UM ENCONTRO COM POUCOS FRUTOS?¹

Donald P.GREEN

Ian SHAPIRO

Tradução: Marcia Teixeira de SOUZA²

Desde a publicação de *Social change and Individual Values* de K. Arrow, em 1951, houve um crescimento da abordagem *rational choice* nos estudos de ciência política. Nos anos 50 e no início dos 60, a teoria da escolha racional representava pouco mais do que um ramo secundário no interior de uma disciplina – a ciência política – dominada por vários tipos de análises behaviorista e institucionalista. Hoje, pelo contrário, a situação de suas primeiras publicações e de seus adeptos é bem outra. A teoria da escolha racional está bem representada nas principais revistas e encontros da disciplina, e seus defensores são requisitados pelos principais departamentos americanos de ciência política. A teoria da escolha racional ampliou o seu âmbito de aplicação para além da teoria política em direção aos estudos das relações internacionais e, mais recentemente, na política comparada. Desse modo, não há quase nenhuma área de ciência política americana que tenha ficado imune a esta influência. Uma contagem dos artigos que utilizam a abordagem da *rational choice* publicados na *American Political Science Review*, desde 1952, atesta um crescimento elevado. Invisível em 1952, numa distância de quarenta anos, a escola da teoria racional contará com quinze artigos num conjunto de quarenta e um na revista de ponta da disciplina.

1 Tradução do artigo Teoria della scelta razionale e scienza politica; un incontro con pochi frutti? *Rivista Italiana de Scienza Politica*, ano. XXV, n.1, aprile 1995. (Texto original em inglês.)

2 Departamento de Antropologia, Política e Filosofia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP.

Os teóricos contemporâneos da escolha racional não são os primeiros que procuraram explicar o fenômeno político, assumindo que os eleitores e os políticos maximizam, racionalmente, o próprio interesse. O que distingue a *rational choice* contemporânea da teorização informal e impressionista que a precedeu é a maneira sistemática como ela deriva as afirmações quanto ao mérito dos microfundamentos do comportamento político. Em seus esforços explicativos, os teóricos da escolha racional recorrem a apresentações dedutivas de incentivos, vínculos e cálculos com os quais os indivíduos devem confrontar-se. A indagação sistemática do comportamento estratégico dos indivíduos levou esses estudiosos a se defrontarem, de uma maneira nova, em relação a um problema tradicional da ciência política e a colocarem problemas que antes ninguém suscitava.

Muitos julgaram que essa transformação do estudo da política tenha sido coroada de grande sucesso. Por exemplo, William Riker (1990, p.177-8) insiste em atribuir ao uso da teoria da escolha racional os únicos verdadeiros progressos ocorridos na ciência política. Ainda que outros não se sentissem impelidos nessa direção, houve uma participação grande em antologias coletivas e resenhas críticas que se iniciaram potencializando os resultados da teoria.

Para Jack Knight (1992, p.1063), a teoria da escolha racional "fez progredir, significativamente, a nossa compreensão do papel das instituições na vida social". Em nenhuma disciplina, segundo Gregory Kavka (1991, p.371), a expansão do modelo econômico teve "maior amplitude e sucesso que no campo da política". Kristen Monroe (1991, p.2), por sua vez, descreve a *rational choice* como "um dos paradigmas dominantes da ciência política e social, capaz de oferecer explicações profundas, rigorosas e parcimoniosas". Peter Abell (1992, p.203-4) encoraja os sociólogos a adotarem, também, a teoria da escolha racional para os diversos objetivos, como aqueles já obtidos, por esta abordagem teórica, na ciência política.

A nossa tese é a de que muito da ênfase com a qual a abordagem é apresentada em ciência política resulta prematura se apenas se observa qual tem sido a contribuição dessa literatura à nossa compreensão da política. A nosso juízo, a prescindir da elevada e crescente complexidade dos modelos teóricos disponíveis, deve ser ainda demonstrado que esses modelos fizeram progredir a nossa compreensão acerca dos processos políticos concretos. Ainda hoje, uma grande parte das conjecturas dos teóricos da escolha racional não foi verificada empiricamente. As verificações feitas ou apresentaram falhas ou tiveram suas afirmações sustentadas, simplesmente, de modo banal: nada mais do que reformula-

ções agora sob a terminologia da *rational choice*, ou seja, a partir de conhecimentos já adquiridos.

A diferença entre a confiança que os pesquisadores depositam na teoria e a sua incapacidade de produzir resultados empíricos autoriza-nos a examinar, mais acuradamente, o *status* científico da *rational choice*. No nosso modo de entender, a debilidade da escola está radicada na aspiração, típica de seus teóricos, em alcançar uma teoria universal da política. Essa aspiração produz muitas de suas elaborações teóricas sempre mais sofisticadas, no entanto, com pouca atenção para a operacionalização e a verificação. Mesmo quando esses teóricos se empenham na pesquisa empírica sistemática, esta é tipicamente viciada por uma série de incorreções características de uma ambição universalista, erroneamente reputada como garantia de boa prática científica.

Essas patologias se manifestam a cada passo da elaboração teórica e da verificação empírica. As hipóteses são formuladas de modo empiricamente intratáveis; os dados de apoio são selecionados e utilizados tendenciosamente; as conclusões a que se chegam não são, seriamente, confrontadas com as explicações concorrentes; as anomalias empíricas e os fatos discordantes são, freqüentemente, ignorados, ou antes aproximados, *post hoc*, aos argumentos dedutivos. De modo geral, as lacunas metodológicas da abordagem que se planejava para a discussão geraram e reforçaram uma síndrome debilitante, na qual as teorias são elaboradas e modificadas a fim de salvar a universalidade, antes que em função do rendimento empírico. Quando essa síndrome está em ação, os dados não verificam mais as teorias, ao contrário, as teorias emudecem e elidem, continuamente, os dados. Em suma, a pesquisa empírica acabará por ser conduzida pela teoria antes que pelo problema estudado e seu objetivo resume-se em salvar ou justificar qualquer variante da teoria da escolha racional antes que dar conta dos fatos.

A conclusão é que, por mais válidas que sejam as críticas da *rational choice* às outras abordagens, o rigor de suas análises empíricas não é, no estado atual, minimamente satisfatório. Assim, muitas das habituais objeções que os teóricos da escolha racional sustentam contra as abordagens rivais podem estar ligadas às suas próprias explicações. Estes lamentam, por exemplo, que o procedimento indutivo carece de “fecundidade por conter muitos poucos vínculos lógicos”; que as categorias explicativas podem ser arbitrariamente “multiplicadas ao incorporar todos os casos”; e que é impossível distinguir “uma descoberta consequencial” de “um artefato” (Achen & Snidal, 1989, p.167-8). Consideramos que a maior parte do conhecimento empírico da *rational choice* é, de fato, vulnerável porque viciada por modelos cientificamente impróprios, por

uma verificação lacunar e pela interpretação tendenciosa dos resultados. O que significa que, não obstante o seu enorme e crescente prestígio no interior da disciplina, a teoria está longe de honrar sua promessa de fazer progredir o estudo empírico da política.

A nosso juízo, as coisas não ficarão melhor até que se reconheça a síndrome das lacunas metodológicas, que identificaremos, e não seja repensada a aspiração universalista que está na sua origem. Para que seja plenamente persuasivo, o argumento estará sobreposto à melhor literatura empírica da abordagem para demonstrar que esta é viciada pela síndrome já mencionada. A esse objetivo é dedicado o nosso livro *Pathologies of Rational Choice Theory* (Green & Shapiro, 1994), no qual avaliamos, sistematicamente, a literatura que se desenvolveu desde as obras pioneiras de K. Arrow, Anthony Downs e de Mancur Olson. Aqui, não repetiremos, nem reassumiremos a crítica metodológica à teoria da participação eleitoral, do problema da ação coletiva, e àquele da escolha legislativa e da competição eleitoral. Limitaremos, antes de tudo, a uma breve discussão da natureza da escolha racional e a ilustrar a síndrome da lacuna típica que a caracteriza e as suas causas. Responderemos a algumas prováveis críticas na esperança de abrir um diálogo com os estudiosos da *rational choice* e, por fim, concluiremos com algumas sugestões sintéticas – mais amplamente elaboradas no livro – para obstar, nas pesquisas futuras, a síndrome por nós identificadas.

Antes de entrar no mérito das formulações, é importante chamar a atenção sobre o que não se quer sustentar ou julgar. Em primeiro lugar, a nossa crítica não recai sobre a aspiração dos teóricos da escolha racional de estudar a política cientificamente. Ao contrário, aderimos à motivação que se sujeita este programa de pesquisa. Em segundo lugar, não fazemos objeção contra a exposição matemática formal típica da pesquisa na área ou o desenvolvimento de uma “teoria coerente, parcimoniosa e dedutiva” (Ordeshook, 1993, p.72).³ Diferentemente de outros críticos, somos agnósticos em relação à eventualidade de que indivíduos racionais estejam, ao menos, na origem do fenômeno político. Nem afirmamos que o modelo *rational choice* seja desprovido de valor heurístico ou negamos sua utilidade como instrumento para a formulação de hipóteses. Somos abertos à possibilidade de que os propósitos racionais

3 Formular uma teoria na forma de um conjunto dedutivo de proposições tem as suas vantagens: pode trazer à tona contradições que passam despercebidas nas teorias formuladas informalmente e revelar a existência de relações analíticas que passariam despercebidas. De outra parte, o formalismo não é nem uma panacéia para os males da ciência social, nem um fim em si mesmo. Por mais que uma teoria possa ser sólida e parcimoniosa, o seu valor científico depende da maior ou menor capacidade de explicar fatos relevantes. No entanto, não temos nada contra o formalismo em si mesmo.

sejam, freqüentemente, parte das explicações defensáveis em ciência política. Mas isso é bastante diferente de dizer que as aplicações da teoria tenham contribuído, substancialmente, ao estudo empírico da política. Aqui mantemos nossa posição inicial. Em quarto lugar, não pretendemos afirmar que os modelos *rational choice* sejam incapazes de explicar os fenômenos políticos, mas apenas que poucas aplicações desse modelo são relevantes a ponto de sustentar testes empíricos. Consideramos essas razões suficientes para sermos céticos em relação a ambições universalistas cultivadas por muitos teóricos da escolha racional, mas estamos prontos a admitir que certas aplicações da *rational choice* são sustentáveis. Todavia, nosso argumento é o de que, até hoje, o controle empírico que se obtém corroborando os modelos *rational choice* é profundamente viciado, e mesmo aqueles de melhor qualidade tendem a depor contra a abordagem. Controles empíricos viciados nascem não apenas da negligência (embora como acontece um pouco em toda parte da ciência social, isso realmente não falta), mas da tendência dos teóricos da escolha racional de cometerem certos erros característicos na formulação e na verificação das hipóteses. Como consequência disso, para que os resultados analíticos da teoria da escolha racional possam ser eficazes, é preciso que estes digam alguma coisa de novo e de confiabilidade sobre a política. Enfim, o enfoque da teoria da escolha racional que nos interessa aqui é a dimensão explicativa, antes que a ideológica ou prescritiva.⁴

4 O nosso argumento não está, porém, desprovido de implicações normativas. As implicações prescritivas extraídas, às vezes, dos argumentos *rational choice* apresentam uma natureza explicativa que se apóia sobre fundamentos empíricos incertos. Por exemplo, uma parte substancial da literatura *rational choice* desenvolveu-se a partir do suposto fenômeno do *rent-seeking*, em que grupos monopolistas induziriam os governos a proteger suas posições dominantes nos trâmites do processo de regulação. Na verdade, aqui há provas contrastantes, efetivamente investigadas, bem como sobre a freqüência destes comportamentos. Não obstante, nos limites de uma resenha, para outros exemplos nessa mesma direção, Mueller (1989, p.245) conclui que "o melhor e mais simples modo para contornar o problema consiste em evitar de se colocar em pé instituições ... isto é, atividade de regulação e agências que conduzem aos *rent-seeking*". Mais freqüentemente, conclusões prescritivas desse tipo flutuam sobre hipóteses empiricamente dúbias, como no registro de Rilker & Weingast (1988, p.378) quando sustentam que a suscetibilidade a manipulações da regra da maioria justifica vínculos constitucionais sólidos e juridicamente sancionáveis os quais os parlamentos podem, legitimamente, estabelecer como aqueles determinados pela Corte Suprema americana durante a era Lochner. Rilker & Weingast levantam a possibilidade analítica da instabilidade legislativa para sustentar que "nem a Corte nem a doutrina têm fornecido justificações teóricas para a suposição da adequação do juízo legislativo e, tampouco, questionado se este funciona de fato. Portanto, não existe nenhuma prova persuasiva que sustente a suposição de Rilker & Weingast quando se verifica a tradição dos parlamentos efetivamente existentes. Quando as teorias explicativas do campo *rational choice* são empregadas para propor asserções prescritivas desse tipo, estas assumem um caráter ideológico evidenciado na crítica aos pressupostos de bases empíricas".

A natureza da teoria da escolha racional

Pessoas diferentes entendem coisas distintas quando empregam a expressão *rational choice*, e, esse modelo tem circulado sob uma variedade de nomes (como, dentre outros, teoria da escolha pública, teoria da escolha social, teoria dos jogos, modelo do ator racional, economia política positiva e abordagem econômica da política). Posto que o nosso empenho é uma crítica metodológica antes que uma elaboração de um modelo particular, seguiremos, em geral, as definições adotadas dos pesquisadores que discutimos. Todavia, podemos definir a abordagem em questão, preliminarmente, notando que existe em seu interior um vasto acordo sobre alguns elementos chave da racionalidade, enquanto sobre outros aspectos permanece controverso.

Os teóricos da escolha racional convergem, ademais, na direção de uma concepção instrumental de racionalidade na qual os indivíduos são julgados como maximizadores de sua própria utilidade, considerada de modo formalmente previsível. No entanto, esses teóricos não estão de acordo sobre o vigor das preferências concernentes aos fins humanos. Alguns adotam uma aceção débil da racionalidade, limitando-se, assim, a assumir que os indivíduos usam, eficientemente, os meios disponíveis para conseguir seus próprios fins. Outros, ao contrário, empregam uma aceção forte à qual agrega-se ao princípio racional “a descrição das preferências e das crenças do ator” (Ferejonh, 1991, p.282), como a maximização da riqueza, do prazer ou do poder.⁵ Parte da literatura sobre a *rational choice* em ciência política, especialmente aquela sobre ciclos e instabilidade, se utiliza, quase sempre, de definições débeis, com o efeito de reduzir ao máximo a necessidade de esclarecer as preferências controversas sobre os fins e motivações da ação humana. No entanto, muitos outros insistem sobre a racionalidade forte: por exemplo, a literatura sobre competição partidária assume que os partidos maximizam os votos e, assim fazendo, maximizam o poder. A literatura sobre o *rent-seeking* afirma que os grupos de interesse maximizam uma série de interesses, do lucro até a conservação do meio ambiente.

5 O utilitarismo e a economia clássica fundaram sobre temas fortes a maior parte dos próprios argumentos, como o de Hobbes, embrionariamente *rational choice* (que assumia serem os indivíduos maximizadores do poder) e Benthan (que assumia serem os indivíduos maximizadores do prazer). A economia neoclássica, ao contrário, assume uma definição débil quando se refere aos consumidores: sustenta que cada um maximiza a própria utilidade, mas sem especificar o conteúdo dessa utilidade. Na teoria da firma, porém, a racionalidade é forte, no sentido de Ferejonh, dado que se assume que toda firma é maximizadora de lucro.

Grande parte da literatura jurídico-econômica sustenta que as decisões jurídicas maximizam a produção de riqueza e aquela sobre os legisladores e burocratas assume que estes atores buscam, de vários modos, avanços na carreira. Esses temas podem ser mais controversos do que aqueles da racionalidade forte, mas *prima facie*, esperar-se-ia deles menos dificuldade do ponto de vista da verificação empírica, porque mais reduzido é o espaço para a ambigüidade na definição e na mensuração do que, declaradamente, se diz maximizar. Todavia, quando se trata de submeter a racionalidade forte a uma verificação empírica, veremos que esta, igualmente, se revela tão fugaz quanto à racionalidade débil.⁶

Um segundo âmbito de desacordo entre os teóricos da escolha racional diz respeito às informações que se podem deduzir como conhecidas e utilizadas pelos atores. Os modelos convencionais neoclássicos do comportamento de mercado assumem seja o pressuposto de uma informação perfeita, seja a habilidade do ator em entender e usar aquela informação. Essas questões são irrealistas, especialmente em política, uma vez que se considera que os eleitores sejam mal informados sobre os líderes e a política que se presume tenham escolhido. Como resultado, muitos teóricos são afastados do tema da perfeita informação, para continuar sustentando que os atores utilizam, da melhor forma possível, as informações imperfeitas de que dispõem (ver McKelvey & Ordeshook, 1987). É discutível, porém, que uma informação imperfeita dependa dos custos de sua aquisição em termos de tempo e de dinheiro. Afirmando que recolher informações não se diferencia de outros investimentos econômicos, Downs (1957, p.215) argumenta que algumas pessoas “continuarão a investir recursos na busca de informações até que o ganho marginal obtido não seja igual aos custos”. Já que um eleitor não tem a menor esperança de exprimir um voto decisivo, esse ganho é provavelmente muito pequeno, daí o cidadão racional investir poucos recursos na aquisição das informações políticas. Como observa Elster (1986, p.19-20), essa lógica carrega, todavia, um paradoxo: o ator deverá estabelecer o valor de informações que ainda não estão à sua disposição

6 Às vezes, é pouco claro se se está em questão uma racionalidade débil ou uma forte. Ainda que não se especifique nada sobre o conteúdo das preferências, o pesquisador pode fazer afirmações sobre a estabilidade dos ordenamentos das preferências que estão mais comprometidas com as exigências da racionalidade débil. Por exemplo, a uma definição débil se pode acompanhar questões em que as preferências, em relação a um mesmo conjunto de resultados disponíveis, permanecem invariáveis no tempo, ou que inclinações individuais não são influenciadas diretamente pelas escolhas disponíveis, ou pelo comportamento de outros atores. Enquanto as teorias puderem alternar as versões débeis às versões fortes, raramente as aplicações empíricas aproximarão estas últimas.

para determinar se vale a pena se dedicar para obtê-las. Uma variante desse paradoxo está inserida no debate sobre a racionalidade dos comportamentos míopes, isto é, da busca da remuneração imediata sem considerar a possibilidade de deparar, desse modo, com conseqüências indesejáveis (Krehbiel & Rivers, 1990; Austen-Smith, 1991). Se se assume que a previsão e o cálculo estratégico sejam desprovidos de custos, a ação míope não pode ser considerada racional. Mas, se se consente que existam custos cognitivos (ou distrações derivadas da busca de outros objetivos), então as estratégias míopes podem ser racionais, dadas as preferências imediatas do ator interessado.

Algumas das diferenças sobre este e outros pontos derivam da adesão a diferentes escolas de filosofia da ciência. Por exemplo, para os adeptos do modelo das leis estruturais parecerá importante desenvolver teorias sempre mais realistas na medida em que cresce a complexidade. Se, ao contrário, for assumida uma posição instrumentalista, não é importante que um tema seja realista, mas sim se existe ou não poder de previsão. Não é o caso de se resolver aqui semelhante controvérsia. Basta ter presente que, quer se coloque no horizonte epistemológico das leis estruturais ou do instrumentalismo à la Friedman, a verificação empírica não pode ser frustrada. Como já observaram Moe (1979, p.215-39) e Miller (1987, p.18-9), o modelo das leis estruturais é distinto e deve a sua autoridade ao fato de que tais leis deveriam ser contemporaneamente gerais e empíricas, isto é, sujeitas ao falseamento. O controle empírico é essencial para evitar que as leis estruturais se reduzam a mera elucubração intelectual. Se estas se revelarem não-coincidentes com os dados observados, devem ser abandonadas, ou modificadas, e, submetidas então, a novos testes empíricos. Ainda mais explicitamente, a posição instrumentalista confia no critério do resultado preditivo, e nenhum outro serve para avaliar uma teoria. Então, de ambos os pontos de vista, a teoria política é improdutiva se as suas hipóteses não sobrevivem à prova empírica. E, nessa medida, é surpreendente que os defensores da teoria da escolha racional tenham dedicado a isso pouca atenção. É a esse problema que agora passaremos.

Lacuna metodológica típica

Qualquer coisa que se diga a favor da elegância analítica ou do valor heurístico das teorias da escolha racional, as suas aplicações empíricas

tendem a se ressentir de dois tipos de vícios metodológicos. O primeiro inclui lacunas que podem ser definidas como grosseiras. Os estudos realizados a partir do núcleo da tradição da *rational choice* às vezes aplicam mal as técnicas estatísticas, subestimando os problemas dos erros da mensuração, ou confiam, excessivamente, nas inferências extraídas de uma número restrito de casos. Ainda que potencialmente importantes, equívocos metodológicos semelhantes acompanham, freqüentemente, a ciência política e não representam o objeto focal de nossa crítica.

Mais interessante é a síndrome das lacunas metodológicas fundamentais e recorrentes radicada nas aspirações universalistas que acometem grande parte da teorização da *rational choice*. Essas lacunas residem no modo como as hipóteses são formuladas e na maneira como são transformadas em proposições verificáveis e em interpretações dos resultados empíricos. É nossa convicção que esses erros (que freqüentemente se somam e se reforçam) derivam de uma abordagem de pesquisa *method driven* antes que de *problem driven*, na qual os pesquisadores estão mais preocupados em justificar um certo modelo universalista do que compreender e explicar conseqüências políticas reais. Mais do que qualquer outra coisa, é isso que leva aos erros que definimos como patologias da teoria da escolha racional. Em nosso livro, examinamos essas lacunas a partir de uma resenha sistemática da literatura *rational choice* sobre participação eleitoral, ação coletiva, o comportamento legislativo e a competição eleitoral. Neste ensaio, nos limitaremos a descrever e a ilustrar essas lacunas metodológicas, explicando por que estão em contraste com os requisitos básicos da pesquisa empírica.

Teorização *ex post*

Grande parte das lacunas metodológicas típicas da pesquisa aplicada na *rational choice* está ratificada por um estilo teórico que consiste numa ênfase no desenvolvimento da explicação *post hoc* dos fatos observados. Pode uma hipótese *rational choice* explicar o *seniority system* do congresso norte-americano, ou o crescimento do *deficit spending*, ou o voto dos americanos em partidos novos ou minoritários? Para responder a essas questões, os estudiosos realizam um experimento hipotético dirigido no sentido de produzir explicações coerentes com qualquer tema especificamente racional. Fiorina & Shepsle (1982, p.63) oferecem uma lúcida descrição dessa abordagem:

para determinar se vale a pena se dedicar para obtê-las. Uma variante desse paradoxo está inserida no debate sobre a racionalidade dos comportamentos míopes, isto é, da busca da remuneração imediata sem considerar a possibilidade de deparar, desse modo, com conseqüências indesejáveis (Krehbiel & Rivers, 1990; Austen-Smith, 1991). Se se assume que a previsão e o cálculo estratégico sejam desprovidos de custos, a ação míope não pode ser considerada racional. Mas, se se consente que existam custos cognitivos (ou distrações derivadas da busca de outros objetivos), então as estratégias míopes podem ser racionais, dadas as preferências imediatas do ator interessado.

Algumas das diferenças sobre este e outros pontos derivam da adesão a diferentes escolas de filosofia da ciência. Por exemplo, para os adeptos do modelo das leis estruturais parecerá importante desenvolver teorias sempre mais realistas na medida em que cresce a complexidade. Se, ao contrário, for assumida uma posição instrumentalista, não é importante que um tema seja realista, mas sim se existe ou não poder de previsão. Não é o caso de se resolver aqui semelhante controvérsia. Basta ter presente que, quer se coloque no horizonte epistemológico das leis estruturais ou do instrumentalismo à la Friedman, a verificação empírica não pode ser frustrada. Como já observaram Moe (1979, p.215-39) e Miller (1987, p.18-9), o modelo das leis estruturais é distinto e deve a sua autoridade ao fato de que tais leis deveriam ser contemporaneamente gerais e empíricas, isto é, sujeitas ao falseamento. O controle empírico é essencial para evitar que as leis estruturais se reduzam a mera elucubração intelectual. Se estas se revelarem não-coincidentes com os dados observados, devem ser abandonadas, ou modificadas, e, submetidas então, a novos testes empíricos. Ainda mais explicitamente, a posição instrumentalista confia no critério do resultado preditivo, e nenhum outro serve para avaliar uma teoria. Então, de ambos os pontos de vista, a teoria política é improdutiva se as suas hipóteses não sobreviverem à prova empírica. E, nessa medida, é surpreendente que os defensores da teoria da escolha racional tenham dedicado a isso pouca atenção. É a esse problema que agora passaremos.

Lacuna metodológica típica

Qualquer coisa que se diga a favor da elegância analítica ou do valor heurístico das teorias da escolha racional, as suas aplicações empíricas

tendem a se ressentir de dois tipos de vícios metodológicos. O primeiro inclui lacunas que podem ser definidas como grosseiras. Os estudos realizados a partir do núcleo da tradição da *rational choice* às vezes aplicam mal as técnicas estatísticas, subestimando os problemas dos erros da mensuração, ou confiam, excessivamente, nas inferências extraídas de uma número restrito de casos. Ainda que potencialmente importantes, equívocos metodológicos semelhantes acompanham, frequentemente, a ciência política e não representam o objeto focal de nossa crítica.

Mais interessante é a síndrome das lacunas metodológicas fundamentais e recorrentes radicada nas aspirações universalistas que acometem grande parte da teorização da *rational choice*. Essas lacunas residem no modo como as hipóteses são formuladas e na maneira como são transformadas em proposições verificáveis e em interpretações dos resultados empíricos. É nossa convicção que esses erros (que frequentemente se somam e se reforçam) derivam de uma abordagem de pesquisa *method driven* antes que de *problem driven*, na qual os pesquisadores estão mais preocupados em justificar um certo modelo universalista do que compreender e explicar conseqüências políticas reais. Mais do que qualquer outra coisa, é isso que leva aos erros que definimos como patologias da teoria da escolha racional. Em nosso livro, examinamos essas lacunas a partir de uma resenha sistemática da literatura *rational choice* sobre participação eleitoral, ação coletiva, o comportamento legislativo e a competição eleitoral. Neste ensaio, nos limitaremos a descrever e a ilustrar essas lacunas metodológicas, explicando por que estão em contraste com os requisitos básicos da pesquisa empírica.

Teorização *ex post*

Grande parte das lacunas metodológicas típicas da pesquisa aplicada na *rational choice* está ratificada por um estilo teórico que consiste numa ênfase no desenvolvimento da explicação *post hoc* dos fatos observados. Pode uma hipótese *rational choice* explicar o *seniority system* do congresso norte-americano, ou o crescimento do *deficit spending*, ou o voto dos americanos em partidos novos ou minoritários? Para responder a essas questões, os estudiosos realizam um experimento hipotético dirigido no sentido de produzir explicações coerentes com qualquer tema especificamente racional. Fiorina & Shepsle (1982, p.63) oferecem uma lúcida descrição dessa abordagem:

A nossa posição é a de que o progresso científico reflete a) a escolha dos modelos analíticos que b) são dotados de equilíbrios c) correspondentes à regularidade observável. Isso não quer dizer nem construir modelos de equilíbrio *ex-ante*, generalizar e aperfeiçoar hipótese sob vínculos de equilíbrio ... nem ater-se a modelos privados de pontos de equilíbrio que, como tais, impedem-nos de formular observações empíricas...

Tomar a primeira estrada significa dizer muito pouco de empiricamente relevante, enquanto a segunda significa dizer pouco, *tout court*. Ao contrário, recomendamos uma terceira estrada, a "retrodição"... Em suma, o processo "retroditivo" parte de uma regularidade empírica X e se pergunta: "Como poderia ser o mundo o qual X tenha uma característica prevista?". As respostas (e poderiam existir diversas) são fornecidas por modelos que implicam logicamente a regularidade X.

Ora, esforçar-se para explicar a regularidade empírica observada é, de certo modo, preferível a delinear teorias formalmente "rigorosas ou obedientes a outros critérios estéticos" que representam a alternativa típica da abordagem racional em ciência política e em economia (*Ibidem*). Mas dada a falta de especificidade sobre o que seja um ator racional, não está claro de que tipo de comportamento este possa, em princípio, esquivar-se, dadas as diferentes modalidades das explicações racionais. Os teóricos da escolha racional têm à sua disposição uma multiplicidade de preferências sobre o objetivo dos atores (riqueza, poder, satisfação moral etc.) nos quais a utilidade individual pode ser em função do bem-estar de outrem; sobre o tipo de informações e crenças dos atores e de sua propensão ao risco. Ou ainda: sobre a taxa de desconto dos lucros futuros; sobre as decisões que dependem do comportamento estratégico de outrem e, enfim, sobre o uso das regras decisionais em condições de incerteza. Como salientou Ordeshook (1993, p.95), não se obtém grande coisa com as explicações *post hoc*: "Ainda que tais modelos estejam ajustados aos dados segundo um nível aceitável de rigor estatístico, precisamos dar conta de que qualquer êxito razoável, ou quase, é compatível com o equilíbrio predito de algum modelo, contanto que suficientemente complexo ... Escolher temas que combinem com os dados é, de fato, pouco mais de que um exercício de *curve fitting* estatístico, apenas mais complicado do que aqueles que consideramos desacreditados".

Um sintoma da facilidade com que as elaborações *ex post* são produzidas é o grande número de explicações adotadas para explicar os fenômenos como a participação eleitoral ou a diferença entre os programas dos dois partidos americanos (Green & Shapiro, 1994, cap.VII).

Outro são as explicações de “fatos estilizados” que, se bem examinados, não são propriamente fatos. McKelvey & Riezman (1992, p.951), por exemplo, se dão ao trabalho de explicar por que os parlamentares tendem a ser reeleitos com amplas margens de votos bem como por que nos parlamentos vige o *seniority system*. Mas nenhuma dessas premissas é, em geral, verdadeira. As taxas de reeleição dos senadores e dos deputados, nos Estados Unidos, contrastam, radicalmente, e a força do *seniority system* no Congresso sofre variações ao longo do tempo. Por outro lado, pesquisas estatísticas sobre as eleições no Congresso (Feldman & Jondrow, 1984; Ragsdale & Cook, 1987) não identificam nenhuma prova empírica da conexão causal que se supõe existir entre o *seniority system* e o êxito eleitoral dos parlamentares. Nessas circunstâncias, é difícil imaginar o que fazer com o resultado analítico de McKelvey & Riezman que assinalam que os parlamentares, em situação de equilíbrio, adotarão o *seniority system* e os eleitores, de modo unânime, os reelegerão.

Nesse momento, poder-se-á questionar que isto que chamamos de teorização *post hoc* seja, antes, dirigida às soluções de dilemas. Por exemplo, poder-se-á argumentar que o fato pelo qual os eleitores votam, apesar da predição teórica de abstencionismo racional, evidencia a mentalidade cívica. Mas a nossa reserva acerca de tais “descobertas” (se assim podemos dizer) é que a retrodição se limita a revelar que não é impossível que certas hipóteses *rational choice* sejam verdadeiras. Frequentemente, os teóricos da escolha racional parecem conceber esse aspecto como o objetivo mesmo do exercício. A exposição *post hoc*, para esses teóricos, se justifica plenamente pelo fato de se assumir que a política seja povoada de atores atuantes em “cada situação com um olho nos ganhos e outro nos custos, bem como dotados de uma sensível habilidade para balanceá-los, e animados por forte desejo de ir aonde quer que a racionalidade os possa levar” (Downs, 1957, p.7-8). Os dados dos quais uma teoria extrai inspiração, porém, não podem ser usados, legitimamente, para verificá-la, especialmente se muitas e contraditórias considerações *post hoc* chegam à mesma previsão. A menos que um certa exposição retroditiva seja usada para produzir hipóteses vistas como suficientes para explicar outros fenômenos, o perfil empírico não se revela muito satisfatório.

Por exemplo, muitos teóricos da escolha racional procuraram explicar as razões pelas quais, como disse Schumpeter (1942, p.261): “as grandes questões políticas fazem na economia psíquica dos cidadãos típicos o mesmo papel daqueles interesses de tempo livre que não podem nem

mesmo ser definidos como *hobbies*". Segundo a hipótese da "ignorância racional" (Downs, 1957), os cidadãos sabem muito pouco daquilo que podem aprender sem custo porque não têm nenhum incentivo para empenhar recursos no sentido de melhorar o seu conhecimento dos temas políticos. Dada a baixa probabilidade que seu voto resulte decisivo, o cidadão racional considera que os benefícios de um voto bem informado não compensarão o gasto de tempo e de dinheiro para a obtenção de informações. Como notamos em outro lugar (Green & Shapiro, 1994, cap.V), esse argumento é visto como uma explicação eficaz da suposta ignorância difusa entre os eleitores. Mas, já que são imagináveis outras explicações *post hoc* de tal ignorância, por que deveremos dar peso exatamente a esta?

Não somente as teorias *post hoc* são inadequadamente verificadas, mas também a maneira pela qual se desenvolvem é, tendencialmente, contrastante com o processo de verificação empírica. Na medida em que os teóricos desfrutam da ambigüidade do conceito de racionalidade para transformar uma série de exemplos sem validade, em dados ajustados a uma teoria remodelada *ex novo*, deve-se perguntar se a sucessão de teorias é suscetível de uma valorização empírica qualquer. Os teóricos da escolha racional, raramente, propõem, uma clara afirmação de tal dado ou de tais dados, que se observada, garantiria a rejeição de específicas hipóteses propostas. Ou ainda, de modo mais genérico, garantiria, também, a rejeição de suas convicções de que a política seja informada pelo comportamento maximizador dos atores racionais.

Esses problemas são dificultados pelo fato de que as explicações *rational choice* de um determinado fenômeno são difíceis de se avaliar com vistas às perspectivas teóricas alternativas não identificadas com o tema da maximização da utilidade. Na teoria, e também na prática, os modelos racionais podem ser construídos a partir de uma ampla gama de temas sobre as crenças, preferências e vínculos recíprocos. Não surpreende, portanto, que esses modelos possam gerar previsões diametralmente opostas. Alguns estudos prevêem, por exemplo, que a ação política coletiva ruirá sob o peso do problema do *free-riding*, enquanto outros sugerem que esta possa ser sustentada por incentivos de solidariedade. Algumas variações da teoria da escolha racional prevêem que os candidatos em uma sistema bipartidário adotarão programas eleitorais idênticos, enquanto outras sustentam que estes divergirão. As construções da teoria da escolha racional ao preverem X bem como não-X, criam problemas muitos sérios a quem pretende comparar o rendimento de modelos *rational choice* com as perspectivas concorrentes. As previsões

de um dado modelo *rational choice* se sobrepõem, invariavelmente, àquelas das teorias de outro tipo.

As posições teóricas alternativas, se notadas, ocupam um lugar secundário no Panteão da *rational choice*. O estímulo a favor de reconstruções, vistas como suficientes para explicar os fenômenos políticos, freqüentemente impulsiona os teóricos da escolha racional a focalizar, sobretudo, o que a teoria parece capaz de explicar. Como observa Russell (1979, p.11), esse estilo de análise é sempre acompanhado de uma surpreendente falta de atenção para com as explicações alternativas, que deixa em aberto as questões da adequação dos dados derivados dessas últimas. Às vezes, a ausência de considerações sobre a persuasão relativa da *rational choice* em relação às explicações alternativas decorre da mera negligência ou do paroquialismo. Mais freqüentemente, porém, esta resulta de uma abordagem errada da produção teórica, aquela que acentua determinadas formulações como explicações suficientes. Ironicamente, a insistência sobre um tipo de explicação em detrimento de outras tem o efeito de diminuir a persuasão das reconstruções da *rational choice*.

Dada a falta de interesse em confrontar as explicações concorrentes, a pesquisa raramente está estruturada com um olho na rejeição de uma hipótese sem credibilidade, isto é, aquelas suposições alternativas presumidas como verdadeiras pelo pesquisador favorável a uma explicação racional. A hipótese nula que se busca rejeitar é, geralmente, bem trivial – por exemplo, a hipótese de que os eleitores de um grupo experimental votam ao acaso (McKelvey & Ordeshook, 1984b), ou que o comportamento não se altera diante da mudança de preço (Wittman, 1975).⁷ Assim como dominar um adversário com as dimensões de Granada não prova muito sobre a potência militar dos Estados Unidos, a nossa visão da política não será muito influenciada pelo fato de que uma afirmação *rational choice* prevaleça sobre uma hipótese nula ou implausível. Essa não é uma debilidade particularmente relevante, mas deveremos conceder um poder explicativo às teorias da escolha racional na proporção da credibilidade das hipóteses nulas sobre as quais triunfam. Mais freqüentemente, os estudiosos dessa área se limitam a considerar as explicações alternativas como insustentáveis, mas, de fato, eles nem as levam, propriamente, em consideração.

7 Wittman (1975, p.738) propõe (ainda que não verifique) a hipótese segundo a qual haveria maior participação eleitoral se fosse pago o tempo livre destinado ao ato de votar. Ele sugere ainda que a participação seria maior entre os cidadãos que desfrutaram de boa saúde.

Em suma, quando se teoriza *ex post* para fornecer possíveis explicações racionais dos fenômenos observados, ou para reformular as hipóteses *rational choice*, ou ainda para eludir ou dar a impressão de sustentar as anomalias, os teóricos da escolha racional acreditam que a abordagem foi "salva". Na realidade, as hipóteses específicas, em questão, devem ainda ser verificadas.

Essa crítica da teorização *ex post* não pretende excluir a possibilidade de autênticas inovações teóricas. O nosso ponto é o de que as previsões teóricas não podem mais ser modificadas para se adequarem aos novos dados. Mas as "inovações", típicas dos teóricos da escolha racional, não implicam novas previsões, simplesmente reiteram descrições de processos que produziram um resultado já conhecido. Tendo reformulado suas hipóteses para incluir fatos novos – e, em particular, as anomalias –, os teóricos da escolha racional, de maneira geral, não conseguem dar o passo seguinte, isto é, propor uma verificação coerente para avaliar a adequação empírica da hipótese examinada. E, ainda menos, cumprem estes teóricos um terceiro passo, ou seja, prosseguir no confronto do poder explicativo de sua formulação preferida com as explicações alternativas.

Formulações de testes empíricos

Para verificar uma teoria, deve-se saber, *antecipadamente*, o que a teoria prediz. Alguns teóricos da escolha racional manifestaram, às vezes, certa hesitação quanto a falta de atenção sobre este aspecto de suas aplicações. Por exemplo, Fiorina & Plott (1978, p.575-6) observam que "os modelos fundados sobre a teoria dos jogos e da escolha coletiva ... foram desenvolvidos e difundidos sem uma indicação das possibilidades de definições operativas; pode-se achar uma prova depois de outra, mas será em vão a procura de uma discussão detalhada de como e onde se deve exatamente aplicar um modelo". Entretanto, preocupações desse tipo tiveram, surpreendentemente, um impacto limitado na evolução da *rational choice*, e o equilíbrio entre a dimensão analítica e as aplicações permanecem em evidência.

Aqueles que procuram derivar desses modelos proposições verificáveis, por outro lado, percebem, freqüentemente, que estas são construídas de modo a isolá-las das relações indesejáveis com os fatos. Esse problema se apresenta sob várias formas. Quem propõe modelos parci-

moniosos ou abstratos para abandonar qualquer elemento reconhecível da realidade política – por exemplo, os modelos de *policy making* que omitem os partidos políticos e tratam os setores do governo como atores unitários (Banks, 1989; Spiller & Spitzer, 1992) – furta-se à verificação empírica, descrevendo suas teorias como simplificações ou como primeiros esboços de difíceis problemas teóricos. Outros sustentam que pretendem buscar verdades gerais que não, necessariamente, coincidem com as aplicações específicas, como ocorre quando Calvert (1985, p.87) defende um modelo de estratégia dos candidatos “porque revela as qualidades que estes expõem em cada competição eleitoral, ainda que essas qualidades possam ser neutralizadas dadas as condições de uma situação concreta” (ver também Strom, 1990, p.11).

Pode-se considerar que a fonte mais importante do tom evasivo na construção dos modelos seja a multiplicação de termos não observáveis, para os quais, a complexidade de uma teoria acaba por superar a capacidade dos dados em fornecer uma verificação instrutiva. Para complicar esse problema geral, acrescentam-se as dificuldades específicas que acompanham a ambígua tradução dos modelos de equilíbrio na verificação empírica. Quando estes revelam ser evasivos, a indagação empírica fica despojada de seu valor como diagnóstico.

Previsões evasivas

As explicações *rational choice* compreendem uma série de conceitos não-observáveis. Preferências, crenças, regras decisoriais e, num alto grau de abstração, equilíbrio constituem os ingredientes essenciais da maior parte desses conceitos. O problema não é, exatamente, a presença de termos não-observáveis, mas, sobretudo, a relação entre proposições latentes e regras observáveis.⁸ Ao acréscimo dos primeiros torna-se sempre mais difícil estabelecer se um conjunto de dados confirma ou desmente uma explicação *rational choice*.

8 O problema fica exacerbado em qualquer proporção de ceticismo com o qual os estudiosos da escolha racional examinam as regras “psicológicas” das preferências e das crenças. Ainda que as preferências e as crenças cumpram um papel primordial nas explicações da escolha racional, muitos estudiosos que trabalham no interior dessa linha colocam em questão a validade das regras diversas do comportamento, isto é, das escolhas efetivas, como indicadores de preferência. Esse ceticismo em relação ao dados mais “brandos” não tem impedido aos teóricos da escolha racional de se tornarem porta-vozes de especulações desprovidas de fundamento empírico sobre os processos psicológicos.

Considere-se, a título de ilustração, um jogo em que dois atores devem dividir entre si catorze dólares. Se eles conseguirem chegar a um acordo sobre como empregar o dinheiro, então o acordo torna-se vinculante; se não obterem nenhum acordo, então o primeiro jogador recebe doze dólares e o segundo não recebe nada. "A teoria dos jogos cooperativos", observam Hoffmann & Spitzer (1982), prediz que os sujeitos cooperam e dividem entre si os ganhos de modo a obter treze dólares e um dólar (respectivamente o equilíbrio contratual de Nash, ou seja, uma repartição equânime de dois dólares ganhos com a troca). Segundo a teoria dos jogos, em nenhuma circunstância o primeiro jogador deveria concordar por menos de que doze dólares". Suponhamos que, depois de uma série de observações repetidas do efetivo envolvimento desse jogo, deparamos com um número considerável de soluções em que os jogadores dividem, de modo equânime, os catorze dólares.⁹ O que se poderia inferir destes resultados? Que a soma é muito modesta para que se afirmem preferências, em contraste, com as propensões preexistentes à equidade? Que, apesar das proibições das ameaças, o primeiro jogador pode temer uma represália física da parte do segundo? Que existe neste meio, como recurso ao primeiro jogador, uma perversa compreensão do jogo? Ou então que o afastamento provisório do equilíbrio seria corrigido por uma maior exposição aos desumanos negócios do mundo real?

Como indica esse exemplo, as hipóteses *rational choice* que vão de encontro aos fatos imprevistos podem ser ressuscitadas fazendo apelo aos vários processos mentais, não observáveis e mensuráveis, diretamente ou indiretamente, de maneira insatisfatória. Pode ser difícil deparar com resultados discordantes, uma vez que isso significa perceber, empiricamente, o equilíbrio entre as seguintes posições com relação aos principais termos não observáveis:

1 As preferências assumidas pelo modelo são, cuidadosamente, representadas no ambiente em que se observa, mas todos ou uma parte dos atores não dispõem de perspicácia estratégica para jogar o jogo que a *rational choice* recomenda e, portanto, prevê.

2 O modelo inclui os objetivos dos atores, mas, talvez, em razão das características particulares do próprio equilíbrio, estas evidenciam um afastamento temporário do resultado previsto.

⁹ Hoffmann & Spitzer (1982, p.260) afirmam que todos os seus sujeitos experimentais se comportam exatamente assim, quando os dois casos podem ser estabelecidos com um lançar de moeda. Nessas condições, o sujeito no caso do primeiro jogador "está sempre de acordo em ficar com cinco dólares a menos dos doze que poderia ter obtido sem a cooperação do outro".

3 O modelo não inclui **um ou mais aspectos** do jogo observado e os resultados estão em **conformidade com os equilíbrios** (ou com a sua falta) de qualquer outro jogo.

A difusão de termos teóricos não mensuráveis ou difíceis de mensuração cria uma situação similar às subidentificações nos modelos estatísticos que contêm variáveis latentes (Bollen, 1989). Nessas condições, os dados não podem fornecer uma verificação convincente. Quando cada hipótese falha, o pesquisador pode sempre sustentar que uma previsão justa foi traduzida, equivocadamente, de uma tendência contrária ou de uma aberração temporária. Em relação a esse aspecto, as discussões empíricas na doutrina *rational choice* lembram os debates sobre o declínio da margem do lucro, que em um determinado tempo, preocupavam os marxistas. Convencidos de que o argumento analítico segundo o qual a margem de lucro no capitalismo deveria cair com a tempo, mas incapazes de encontrar provas para sustentá-lo, os marxistas, durante décadas, dedicaram suas energias na identificação de tendências que mascaravam, desviavam e contrabalançavam este suposto fenômeno, até por fim, ocultá-lo. Acreditava-se que o declínio viria secretamente, em virtude da força de uma teoria que insistia que assim fosse (Roemer, 1979a; Van Parijs, 1980).

O problema da subidentificação pode ser enfrentado de dois modos. Um consiste em colocar limites na gama de argumentos teóricos que podem ser usados para construir ou ressuscitar uma teoria. Esse gênero de restrição, todavia, se mostra difícil de se sustentar ante o ímpeto de se defender a aplicação universal da abordagem da *rational choice*. Frequentemente, essas restrições foram feitas por intelectuais como Downs (1957) e Olson (1965), que introduziram a *rational choice* neste ou naquele âmbito da política. Mas, com o passar do tempo, os vínculos são dissolvidos por autores que vieram posteriormente em busca de um modelo, a despeito de provas empíricas contrárias. Outro modo consiste na coleta de dados agregados, de modo a permitir que essas medidas se coloquem em situação de paridade com os termos teóricos. Os estudiosos da *rational choice* tendem a uma posição reservada em relação a essa abordagem, possivelmente porque concordam, tacitamente, que a precisão formal de seus modelos supera, largamente, a capacidade de mensuração dos cientistas políticos.

Operacionalizações vagas

Uma segunda patologia, comum na verificação das hipóteses, refere-se à adequação dos testes empíricos usados para a sua avaliação. Já

que a análise do equilíbrio está no centro de partes consideráveis da pesquisa da escolha racional, muitas de suas proposições são formuladas sob a forma de previsões pontuais. Às vezes, a previsão pontual é expressa a partir de uma relação ou de uma proporção, como no caso da conjectura de Olson (1965), que afirma que na ausência de incentivos seletivos ou de coerção, os membros de grupos de grande dimensão não se empenham na ação coletiva para promover os seus próprios interesses. Em outros casos, uma previsão pontual implica uma determinada consequência, quando se propõe determinar o ponto de equilíbrio de uma específica regra majoritária num jogo de contratação cooperativa. Tais proposições são, em maior ou menor medida, invariavelmente falsas, e, por vezes, constituem erros estratégicos que produzem resultados desprovidos de equilíbrio. O argumento, agora, se desloca para “a esperança de que um número suficiente de pessoas se comportem de maneira racional, por uma lapso de tempo suficiente, para que as teorias econômicas da política possam dar lugar à descrições, explicações e previsões, a ponto de se aproximarem dos fatos” (Kavka, 1991, p.372).

Não está claro se a verificação rigorosa de uma previsão pontual possa ser construída na forma de aproximações. Se recolhermos vários milhões de dólares de pequenos contribuintes durante o curso de uma campanha de tipo referendo, teremos uma prova a favor da hipótese do *free-riding* (Lowenstein, 1982 p.572-3), dada a quantia irrisória em relação à amplitude inscrita na idéia de interesse público decorrente do resultado da campanha; ou uma prova contrária (Tillock & Morrison, 1979), dada a suposta irracionalidade do ato de se tomar para si, com custos pessoais, o objetivo de se obter um bem público tão difuso?

Torna-se mais ambíguo, combinar teoria e fatos, quando as hipóteses hesitam diante da estrada aberta, seja para as previsões pontuais seja para as previsões marginais. As previsões pontuais definem o equilíbrio em condições estáticas; as outras, produto da estática comparada, consideram as direções em que se espera o equilíbrio em resposta às mudanças exógenas nos fins, nas crenças e nos vínculos recíprocos. É logicamente possível, que apenas um tipo de previsão sobreviva à verificação empírica, mas a disponibilidade de dois padrões de avaliação proporciona aos defensores de um modelo, mais oportunidade para julgar que suas próprias predições encontram sustentação. Em particular, as previsões marginais são, favoravelmente, recebidas quando as previsões estáticas encontram certos problemas. Quaisquer que sejam os defeitos da explicação *rational choice* sobre a razão pela qual os cidadãos se empenham para votar, argumenta Grofman (1993), a teoria da

escolha racional prevê, corretamente, que as pessoas são menos inclinadas a votar quando o tempo está chuvoso.

Não fazemos objeção ao uso da estática comparada para produzir hipóteses. Pelo contrário, consideramos que as verificações que focalizam as mudanças marginais sejam muito mais reconduzíveis à tradicional metodologia, quase-experimental, do que aquelas que implicam previsões pontuais. O que duvidamos é que a racionalidade de certos atos possa ser preservada, de qualquer modo, pela mudança nos custos ou nos benefícios. Toma-se, por exemplo, o estudo dos motivos pelos quais os candidatos politicamente inexperientes desafiam os representantes que buscam a reeleição para o Congresso. O comportamento desses desafiantes é quase um mistério, uma vez que sua possibilidade de vencer um candidato à reeleição é quase nula. Como muitos dilemas desse gênero, o comportamento dos adversários fracos pode ser explicado referindo-se a certos fatores que o reforçam, tais como a auto-ilusão, a paixão de promover a legalidade das campanhas, a convicção de que qualquer um deveria disputar o lugar de quem está no cargo, e, assim por diante. Banks & Kiewiet (1989, p.1007) procuram salvar a idéia de que as motivações racionais explicam o comportamento de adversários fracos, argumentando que "estes podem maximizar a sua probabilidade de virem a ser eleitos ao entrarem, diretamente, em competição com os aspirantes à reeleição", em detrimento da suposição que afirma que aquela probabilidade seja mais exequível num colégio aberto, em que estes adversários, com chances remotas, se submetam a desafiar outros fortes concorrentes, seja durante as primárias ou nas eleições gerais. Como bem observaram os dois autores, "essa probabilidade pode não ser muito alta, mas os concorrentes débeis estariam maximizando-a". Ora, estudar se os adversários fracos são mais propensos a concorrer com os representantes que buscam à reeleição do que em colégios abertos, pode ser uma tarefa que valha a pena, mas não está claro como as conclusões alcançadas resolvem a questão da racionalidade dos adversários fracos ante os aspirantes à reeleição, uma vez que a racionalidade postula que os benefícios do comportamento daqueles adversários devem exceder os custos (Ibidem, p.1000).

Escolher e interpretar as provas empíricas

Um outro conjunto de patologias características refere-se à maneira pelas quais as hipóteses são verificadas. A primeira depara com a ten-

denciosidade com que se escolhe a evidência. A segunda consiste em um conjunto de estratégias mais sutis na direção dos quais os dados são projetados da teoria, em vez de serem reunidos independentemente dela. A última patologia refere-se à retirada estratégica dos âmbitos em que a teoria funciona mal. Todas as três minam os fundamentos das pretensões teóricas que se propõem corroborar, e a pesquisa estruturada a partir de provas enfatiza o que é essencial para a verificação científica.

A pesquisa de provas favoráveis

Quando se analisam as contribuições aplicadas da *rational choice*, percebe-se que elas permanecem atraídas pela tendência em condicionar os próprios pressupostos teóricos à escolha da evidência. A prática de aduzir exemplos que confirmam uma hipótese é talvez mais evidente em certos setores, como a pesquisa sobre a política de regulação e sobre a burocracia, que apresenta forte componente ideológico. Essa prática, que lembra aqueles anúncios que elogiam os méritos de um produto sem mencionar os seus defeitos ou os preços dos produtos concorrentes, de qualquer maneira, não se limita a estas áreas. Em suas contribuições essencialmente qualitativas, a *rational choice* tende a reunir exemplos retirados da vida política, dos grandes eventos históricos e dos textos bíblicos (Brams, 1980; Riker, 1982, 1986). Essa patologia leva os pesquisadores a se deterem em exemplos de previsões impostas, extraídas das emendas estratégicas propostas à Câmara dos Representantes (Weingast, 1989, p.810) ou da provisão subótima de bens coletivos (Olson, 1965). A mesma tendência se manifesta, ainda que de maneira mais sutil, na pesquisa quantitativa, que valendo-se de análises de proposições concorrentes e das condições de controle, chega a conclusões deduzidas, regra geral, do projeto de pesquisa. McCubbins (1991, p.1107), por exemplo, considera que a análise diacrônica dos dados federais no período 1929-1988 “comprova vigorosamente” a sua explicação, na chave da teoria dos jogos, sobre a relação entre governo dividido e déficit orçamentário. Certamente, as suas estimativas estatísticas sugerem que “desde 1929 o governo dividido tem apresentado aumentos significativos no débito nacional” (Ibidem, p.102), mas isso se verifica somente em dois casos: o advento da economia *supply-side* no período de Ronald Reagan e a queda das receitas federais na última fase da administração Hoover.

Uma variação desse problema metodológico vem à luz nos estudos que buscam apoiar o comportamento de laboratório, mas evitam

introduzir um grupo de controle no projeto experimental. Os experimentos daí resultantes sugerem que se possa construir um ambiente de laboratório capaz de aproximar as condições pressupostas de um teorema. Para tal fim, o pesquisador que desejar defender uma hipótese *rational choice* limitar-se-á a projetar um arranjo a ser comprovado. Mas os resultados gerais, sem um grupo de controle, poderá ser obtido de qualquer maneira, independentemente da teoria em questão, e o experimento, além disso, não afirma se essa teoria dispõe de capacidade preditiva em outra circunstância. Experimentos assim planejados servem mais para a exemplificação do que para a verificação.

Projetar os dados da teoria

Uma vontade arraigada de afirmar a importância aplicativa da teoria da escolha racional abre a porta, talvez, às leituras tendenciosas do dado empírico. Em alguns casos, isso é uma simples consequência do fato de que se o autor julga um fato congruente à lógica econômica (por exemplo, que o mau tempo diminui a participação eleitoral), assume que este dado está empiricamente verificado. Outras vezes, depara com teóricos que afirmam, quase acidentalmente, que qualquer característica excêntrica de um modelo reflete a realidade. Por exemplo, o modelo legislativo de McKelvey & Riezman (1992) se apóia no argumento de que os representantes com maior tempo de experiência parlamentar detêm mais probabilidade de serem reconhecidos quando tomam a palavra no turno inicial das votações, mas não nos seguintes. Os autores sustentam, recorrentemente, que essa caracterização oferece “uma descrição realística do *seniority system* no Congresso americano”, visto que as comissões baseadas no sistema de *seniority* têm prioridade na apresentação de propostas, e, “uma vez que os projetos de lei vão ao plenário, perdem muito de seu poder” (Ibidem, p.958). Pode-se dizer, no mínimo, que essa é uma descrição frágil do processo legislativo no Congresso (Weingast, 1989).

Mesmo quando vem delineado um estudo empírico bastante amplo, as convicções teóricas dos autores podem orientar o que vem inferido de um conjunto de observações e como são reorganizados os dados a serem apresentados. Por exemplo, uma série bem confusa de votações na Câmara sobre a emenda Powell a uma regra de 1956, sobre construção de escolas, foi apresentada, inúmeras vezes, como exemplo de voto de proposições não consensuais destinadas a tornar inacessível uma lei

assim emendada (Riker, 1965, 1982, 1986; Denzau et al., 1985). Um exame desapassionado dos fatos, todavia, mostra que o que se sucedeu com a emenda Powell, para dizer no mínimo, é ambíguo no que se refere ao fenômeno do voto estratégico (Krehbiel & Rivers, 1990). Assim, as omissões e as deformações que Krehbiel & Rivers identificam nos trabalhos precedentes (Ibidem, p.555-60, 574) sugerem que os estudiosos que tinham se defrontado com o problema foram incapazes de dar conta dos dados que não se conformavam às suas expectativas teóricas.

Reduções arbitrárias do âmbito de aplicações

Os teóricos da escolha racional admitem, às vezes, que existam campos, como os da participação eleitoral e da ação coletiva organizada, nos quais nenhuma variante plausível da teoria parece funcionar. Alguns são, neste caso, inclinados a se retirar escolhendo se concentrar em aplicações mais promissoras. Por exemplo, no esforço de tornar mais crível a hipótese segundo a qual a maximização da riqueza explica a evolução do direito penal, Posner (1985) é constrangido a admitir que não pode explicar a existência de leis contra “crimes sem vítima”, tais como o da prostituição e o do abuso de droga. Em decorrência disto, Posner abandona esse campo, continuando, mesmo assim, a julgar que a maximização da riqueza fornece uma explicação sólida do que resta do direito penal.

Um gesto similar poderia, à primeira vista, parecer justo, quase uma prova de modéstia, mas sobre esse ponto está em jogo algo mais importante do que aquilo que salta aos olhos. Imaginemos que as maçãs vermelhas não caíam ao chão como em outra gravidade. Não ficaríamos muito impressionados com o físico que dissesse que, com exceção das maçãs vermelhas, a teoria da gravidade explica bem por que outros corpos caem na terra e como consequência, daqui para a frente, dever-se-ia limitar o seu uso apenas para estes últimos.

Aquilo que chamamos de redução arbitrária, no interior da qual uma teoria parece funcionar, não deve ser confundida com duas formas não arbitrárias de reduções habituais entre os cientistas. Em primeiro lugar, como observa Moe (1979, p.235), a verificação de qualquer teoria científica implica a introdução de cláusulas *ceteris paribus* para excluir os fatores omissos, e, nessa medida, constituem um teste adequado da hipótese de que corpos de massa desigual que caem na terra na mesma

velocidade pressupõem uma resistência constante do ar.¹⁰ Em segundo lugar, as teorias podem, justamente, incluir uma explicação daquelas que, convencionalmente, são chamadas de “efeitos de interações”, ou seja, fatores que limitam ou potencializam a influência das variáveis independentes que a elas interessam. De fato, o valor de uma teoria pela qual se quer compreender e influenciar a política pode depender de uma clara explicitação de suas condições de validade.

As reduções de âmbito são arbitrárias quando falta um conjunto verificável de condições limitativas, mas estas estão, todavia, deslocadas. Existe, em outras palavras, uma diferença crítica entre especificar, antecipadamente, o âmbito relevante a partir de referências às condições limitativas e indicar que uma teoria é relevante “em toda parte que parecer funcionar”.

O problema da redução arbitrária é, pois, o contrário da tendência de apresentar exemplos favoráveis. Esta última significa pescar os peixes com apoio empírico; a outra deve secar o lago que contém os fenômenos problemáticos. Na medida em que apresentar exemplos favoráveis produz verificações desviantes, a redução arbitrária de âmbito dificulta a tarefa mesma da verificação. Se o âmbito apropriado de uma teoria define-se tendo como base o seu resultado naquele âmbito, verificar torna-se um exercício sem sentido.

Posner, no nosso exemplo precedente, enfatiza, ao máximo, a aplicabilidade do critério da maximização da riqueza e corta-o quando se vê obrigado. Evita, porém, levar em consideração explicações alternativas e não percebe a necessidade de explicar por que a teoria resultou às avessas diante de situações de crimes sem vítima. Para que a redução de âmbito seja apropriada, este último deve ser especificado, independentemente do fato de que a teoria explique o fenômeno que lhe reduz. Além disso, eventuais hipóteses sobre os limites da explicação *rational choice* devem, por sua vez, resistir à verificação empírica. Teóricos da escolha racional como Brennan & Buchanan (1984) e Satz & Ferejohn (1993) sugeriram algumas hipóteses sobre em que condições a *rational choice* apresenta probabilidade de aplicação (ver Green & Shapiro, 1994, cap. III). Mas essas recomendações não tiveram ainda efeito visível a elaboração e sobre a aplicação dos modelos racionais.

10 É importante notar que a cláusula *ceteris paribus* deve referir-se a fatores que podem criar confusão, como a resistência do ar, cujos efeitos são verificáveis em teoria. Não se pode, ao contrário, sustentar que as previsões empíricas de um teorema se verificam somente quando os seus temas lógicos são satisfeitos empiricamente.

Respostas a prováveis críticas

A realização de um exame acurado sobre a sua melhor literatura pode demonstrar que a abordagem racional resulta bastante debilitada. Como evidenciamos em nosso livro, é inútil procurar estudos metodologicamente sólidos que abram perspectivas novas e não intuitivas na área de política. Reconheçamos, entretanto, que dentre os leitores prontos a aderir à nossa crítica metodológica específica alguns possam estar pouco disponíveis para acatar a ênfase que havíamos posto sobre a decisividade da verificação empírica das hipóteses *rational choice*. Essa ênfase pode suscitar a imputação, associada à filosofia da ciência difundida por Kuhn (1962) e Lakatos (1970), de que seríamos “falseadores simples”, vinculados a uma visão positivista da evolução científica que não é mais universalmente compartilhada.

Os críticos da falseabilidade baseada no critério da simplicidade sustentam que não são possíveis verificações falsas decisivas de uma teoria. As teorias, frequentemente, coexistem ao longo do tempo com anomalias empíricas e, além disso, não são mais falseadas, de modo decisivo, pelos “fatos”, são reprovadas somente quando se apresenta uma teoria alternativa e mais plausível. No exemplo crucial de Lakatos (1970, p.100-1), se um corpo tivesse se “comportado mal” a ponto de invalidar, aparentemente, a lei de gravitação de Newton, os cientistas pré-einsteinianos não a teriam rejeitado. Ou melhor, um cientista newtoniano regular teria postulado a existência de um corpo desconhecido, cuja atração gravitacional teria sido considerada a causa de sua aparente anomalia. E, se as tentativas de descobrir este corpo não fossem bem-sucedidas, ter-se-ia insistido que o corpo não identificado teria nascido de uma nuvem de poeira atômica, ou que os instrumentos de mensuração seriam defeituosos, e assim por diante. A moral da história, que Lakatos resumiu com muitas ilustrações extraídas da história da ciência, é que os cientistas, habitualmente, fazem de tudo para salvar teorias em vigor ante evidentes anomalias, até que esteja disponível uma teoria alternativa. Experimentos cruciais de falseabilidade são, raramente, realizados, e quando o são, reiteradamente, não são reconhecidos como tais até muito tempo depois.

Antes de nos defrontarmos com essa crítica, devemos observar duas coisas. Em primeiro lugar, grande parte da literatura que resenhamos é explicitamente dedicada à verificação empírica de hipóteses *rational choice*. Seguramente seria de má-fé dirigir testes e depois desconsiderar os resultados falsos em bases lakatosianas, isto é, como sendo

irrelevantes para avaliar se uma teoria é verdadeira.¹¹ Em segundo lugar, dado que a grande maioria dos estudos *rational choice* se deve a autores convictos de que o progresso científico é de fato possível, os seus proponentes não estão livres para favorecer as críticas mais radicais da falseabilidade. Na perspectiva de Kuhn, por exemplo, sustentada por Lakatos (p.177-80) e por muitos outros, os progressos científicos acumulativos são impossíveis porque não existem critérios objetivos na base dos quais um paradigma possa ser julgado superior a outro. Em suma, quem, neste contexto, nos acusar de falseabilidade baseada no critério da simplicidade deve fazê-lo partindo de uma posição como a de Lakatos, ou seja, em benefício da “falseabilidade metodológica sofisticada”. É a essa posição que responderemos aqui.

Não estamos fechados às posições de Lakatos, no entanto, não nos consideramos convencidos de que estas comprometam a crítica das verificações empíricas da teoria da escolha racional, acima exposta. Observa-se, em primeiro lugar, que os exemplos lakatosianos das teorias que persistem, a despeito das anomalias específicas, são todas extraídas das aplicações que foram recebidas com muito sucesso nas ciências naturais.¹² Foi considerável a contribuição explicativa da lei de Newton para a física antes da revolução einsteiniana. E é fácil ver por que se teria procurado dar conta das anomalias específicas invocando hipóteses auxiliares, cláusulas *ceteris paribus*, e erros de mensuração. Os custos do abandono de uma teoria de tanto sucesso ante qualquer anomalia seriam muito altos. Os teóricos da escolha racional são, às vezes, propensos a valorizar o próprio trabalho de modo análogo. Por exemplo, Strom (1990, p.11) assim comenta os modelos espaciais do comportamento legislativo:

A teoria apresentada sobre como descrever qual é a tendência geral, ou central, do comportamento do legislativo e sobre o custo de um aperfeiçoamento, ignora de bom grado os fatores que, efetivamente, podem causar um desvio desta tendência. Para entender este ponto com um exemplo de uma outra disciplina, considere um físico a quem seja solicitado prever onde aterrissará uma determinada folha que cai de uma árvore. Na base da lei da gravidade, o físico sabe que a folha cairá, geralmente, na direção da

11 Pode-se afirmar que nem todas as aplicações da escolha racional são concebidas como verificações empíricas. Se Ferejonh (1991) como Moe (1989) empregam casos empíricos para fins ilustrativos, não pretendem com isso submeter à verificação as suas hipóteses.

12 Isso se aplica também a Kuhn (1962), dado que ele exclui as ciências sociais, como pré-paradigmáticas, da sua exposição sobre a estrutura da revolução científica.

parte baixa (a tendência central) e, provavelmente, não muito longe da árvore. Mas, em decorrência da incerteza sobre a direção do vento e da probabilidade das rajadas de vento de diversa intensidade, o físico não poderá prever, precisamente, onde cairá aquela folha. Analogamente, quando se desenvolve a teoria espacial do comportamento racional no processo decisório do legislativo, é necessário que se escolha ignorar as rajadas de vento e focar, sobretudo, a tendência central determinada das preferências dos legisladores e das estratégias, sem falhas, que estes adotam para maximizar a satisfação de suas próprias preferências.

Essa ponderação, todavia, evita o verdadeiro problema, ou seja, se os teóricos da *rational choice* não vêm identificando a “tendência central” em política de forma análoga à lei da gravidade física. Segundo nossa posição, essa abordagem está destituída de uma história de resultados comparáveis àquele campo da ciência. Isso posto, o recurso analógico às teorias físicas bem-sucedidas se apresenta como um fator desviante.

Afora o argumento do sucesso obtido, a falseabilidade metodológica sofisticada não dispensa a necessidade de se provar, empiricamente, as teorias propostas. E mais, estas propõem um padrão para avaliar as hipóteses, diferentemente, da falseabilidade baseada no critério da simplicidade de Popper (1959, 1963). Como para o falseador que se apóia no critério da simplicidade, qualquer teoria experimental falseável pode ser aceita como científica, para o falseador sofisticado uma teoria é aceitável somente se apresentar “um conteúdo empírico sobejamente comprovado das teorias que a precederam ou rivalizaram, ou seja, somente se levar à descoberta de fatos novos”. Para o falseador sofisticado, “nenhum experimento, relatório experimental, protocolo de observação ou ‘hipótese falseadora de baixo nível’, bem comprovados, é suficiente para falsear. Não há falseabilidade possível antes de que surja uma teoria melhor” (Lakatos, 1970, p.116-9).

Os proponentes da teoria da escolha racional, que invocam esse ponto de vista, estão inclinados, diante do malogro da teoria, a aplicá-lo somente aos seus críticos. Essa perspectiva, porém, deve ser adotada coerentemente, ou ser totalmente refutada. No primeiro caso, significa que os proponentes devem compartilhar os seus vínculos quando se trata de determinar a superioridade dos modelos racionais em relação a alternativas precedentes ou rivais. E, nessa medida, recai sobre os defensores o ônus de demonstrar que esses modelos realmente dispõem de um “conteúdo empírico sobejamente comprovado”, ante as teorias precedentes ou rivais. Esse requisito, no entanto, pouco vem sendo cumprido.

Lakatos observa que, salvo se uma nova teoria explica ou o que antes já estava explicado ou fatos novos, não há aí uma base científica para preferi-la diante do estoque de teorias já disponíveis. Sem esse requisito seria impossível distinguir os paradigmas viciados de pesquisa que recorrem, inúmeras vezes, aos ajustamentos *ad hoc* para salvar uma teoria ineficiente, dos paradigmas de pesquisa progressivos, pelos quais a compreensão progride. Se os modelos *rational choice* são justificados a partir dos fundamentos em bases lakatosianas, os proponentes não podem, simplesmente, reduzir a atenção às reformulações de fatos observados nos termos teóricos que são de sua preferência. Tampouco podem dedicar-se, legitimamente, a descobrir estratégias de salvação das teorias para libertarem-se de contradições e de fatos anômalos. Em vez disso, os proponentes devem assumir o ônus de demonstrar que, neste ou naquele caso, as teorias da escolha racional explicam mais sobre as teorias existentes ou rivais. De modo peculiar, os teóricos da escolha racional não fazem nenhuma das duas coisas. Ao contrário, defendem as próprias explicações sobre os fatos observados, sem referirem-se às explicações alternativas ou às novas previsões.

Uma réplica, de algum modo distinta, da nossa crítica, consiste em sugerir que somos "antiteóricos", a ponto de nos inquirir sobre qual seria a alternativa à escolha racional. Como argumenta Elster (1986, p.27): "não se pode vencer alguma coisa com nada". Ao menos temos uma teoria, diz esse argumento; que coisa propõem vocês? Essa tese não salienta, necessariamente, o enunciado de Lakatos acima apresentado, mas os dois argumentos reforçam-se reciprocamente. A insistência de Lakatos sobre o fato de que uma teoria possa ser removida somente por uma outra não significa que seu malogro decisivo ou uma série de insucessos dá crédito à sugestão de que o ônus de apresentar alguma coisa de melhor recaia, propriamente, aos céticos da escolha racional.¹³

13 Às vezes, os teóricos da escolha racional buscam demonstrar que sua abordagem é a única científica em virtude de seu caráter analítico dedutivo. Uma regularidade empírica não é mais "prova de validade", diz Riker, porque "não revela a região da regularidade" (1990, p. 176). Bueno de Mesquita (1985, p. 129) a defende com o seguinte espírito: "não devemos deixar-nos embalar pelo sucesso empírico aparente a ponto de acreditar que o conhecimento científico pode ser alcançado sem o exercício abstrato e rigoroso da prova lógica". Achen & Snidal (1989, p. 168) enfatizam que quaisquer que sejam os méritos das generalizações empíricas, estas "não são um substituto das teorias"; as leis empíricas não deveriam ser confundidas com as proposições teóricas". Estes teóricos têm razão em dizer que as demonstrações da existência de uma regularidade empírica não constitui uma prova de validade de uma explicação. Observar uma regularidade e prever corretamente, tendo como base tal regularidade, não equivale a uma explicação. É plausível dispor de capacidade de formular uma previsão correta na falta de explicação do motivo da regularidade observada

Um ponto preliminar: como observamos primeiramente, as teorias da escolha racional são formuladas, às vezes, assim extensivamente, para absorver cada hipótese alternativa concebida. Nesse sentido, a abordagem da escolha racional pode recordar o que Jeremy Bentham (1960, p.124-5) repetia, obstinadamente, ou seja, que o seu utilitarismo era aceito de modo axiomático dado que cada fonte alternativa possível de motivação humana poderia ser descrita em seus termos. Qualquer que seja o seu conteúdo particular, se uma teoria empírica é formulada assim, precariamente, seu defensor não pode, legitimamente, reprovar o cético por não conseguir propor uma alternativa.

Ao examinar diversos tipos de literatura racional, mencionamos uma série de hipóteses alternativas relativas a determinados fenômenos políticos: normativos, culturais, psicológicos e institucionais. A crítica para a qual não é apresentada nenhuma teoria alternativa deve, por isso, ser interpretada no sentido de que nenhuma alternativa contempla uma generalidade ou uma importância comparável. Isso exige que se questione a justeza de se supor que uma única teoria geral seja capaz para explicar os fenômenos diversificados que os teóricos da escolha racional incluem na política. Especialmente quando a política vem concebida de maneira assim ampla, incluindo desde temas como a ação coletiva voluntária à formação de coalizões nas assembleias legislativas, da atividade dos grupos de interesse às campanhas eleitorais. Nesse sentido, exige-se um considerável ato de fé para supor que uma teoria dedutiva unificada, do tipo que pretende McKelvey & Riezman (1992, p.951), explique tudo. Buscar uma teoria geral da política pode se assemelhar à procura de uma teoria geral dos equívocos; pode ser que não haja nenhuma teoria à espera de ser descoberta.

Há dois sentidos, desse ponto, que podem ser mal interpretados. Em primeiro lugar, não estamos afirmando que o comportamento político não seja governado por leis; seguir nessa tese corresponderia, efeti-

(como quando um esquizofrênico ao ser medicado com drogas psicotrópicas abandona seu comportamento maniaco; os estudiosos da farmacologia sabem que o medicamento funciona e podem prever o resultado terapêutico, mas não sabem por que funciona). Existe explicação somente se for possível caracterizar, de modo acurado, o mecanismo causal comprometido na produção de regularidade relevante; isto os teóricos da escolha racional não negam. Mais recorrentemente, porém, não são capazes de avaliar o fato de que todas as suas caracterizações supostas são hipóteses, no entanto, não é mais possível provar que sejam corretas. Os teoremas podem ser provados, as teorias não. Tudo o que se pode saber de uma teoria é que não foi falseada no sentido popperiano ou que não foi suplantada no sentido lakatosiano. Para que uma explicação seja julgada correta e aceita não é necessário nem suficiente que seja derivada de um teorema.

vamente, a abandonar o estudo científico da política.¹⁴ Uma coisa, porém, é supor que o comportamento político seja governado por leis, outra, que seja tudo governado pelas mesmas leis. Alguns tipos de comportamento político podem ser irredutivelmente instrumentais, outros, irredutivelmente vigorosos, rotinizados ou estereotipados. Se for assim, não há nenhuma boa razão para se considerar que diversos tipos de fenômenos políticos sejam governados pelos mesmos mecanismos causais. Roemer (1979b) admite essa perspectiva quando convida os teóricos da escolha racional a abandonar a busca de explicações instrumentais de ações coletivas como as manifestações e as revoltas, que podem ser expressões de descontentamento reprimido sem nenhum fim instrumental. Reconhecer esse fato não significa acatar a posição segundo a qual estes fenômenos não possam ser estudados cientificamente, mas, apenas, que estes possam ser governados por mecanismos causais, qualitativamente diferentes daqueles que governam o comportamento instrumental.

Em segundo lugar, não negamos que, *ceteris paribus*, a generalidade seja auspiciosa. O problema proposto é se a generalidade em questão pressupõe o processo causal na produção dos fenômenos políticos que observamos, ou se simplesmente nos contentamos com mera verossimilhança. Quem procura um conjunto único de leis que explique uma ampla diversidade dos fenômenos políticos não deveria excluir a possibilidade de que somente algumas dimensões da política, não todas, sejam explicadas pelas generalizações de tipo *law-like*. No livro *Patologias da teoria da escolha racional*, destacamos que a pesquisa empírica deveria ser estruturada tendo em vista essa possibilidade. Se fosse constatado que as leis mais gerais carecem de sustentação empírica, a reflexão poderia antes realçar a complexidade recalcitrante do mundo da política, do que a pobreza da teoria.

Em suma, a tese segundo a qual a nossa posição é antiteórica, uma vez que as hipóteses empíricas que consideramos não são deduzidas de lei sustentada por teoremas, se revela, de fato, mais retórica do que real. Ainda que os teóricos da escolha racional colocassem em prática a sua retórica metodológica, as suas teorias não seriam outra coisa do que

14 Poderia certamente se declarar como verdadeiro que o comportamento político, ou algumas de suas expressões, não seja governado por lei; nesse caso, todas as teorias estariam aí incluídas. Ou seja, a política não é diferente de qualquer outro fenômeno sujeito à análise científica. Avançamos sobre esse tema a partir da idéia de que existam processos causais uniformes; mas sobre isso podemos, naturalmente, estar enganados.

conjecturas empíricas, dependentes do grau de conformidade das hipóteses específicas em relação aos dados. Então, quando se observa como é efetivamente construída a teoria empírica da escolha racional, a encontramos partilhando da habitual prática de proceder por suposições *ad hoc* na formação das hipóteses. Como notamos anteriormente, para isto importa pouco se assim é o instrumentalismo à la Friedman, mas, nesse caso, é bastante irrelevante acusar-nos de ser, em outro plano, antiteóricos. Ou seja, na ótica do modelo das leis estruturais, as várias manipulações nas quais os teóricos da escolha racional empenham-se para tentar desenvolver hipóteses empíricas úteis não são menos opinativas daquilo que esses teóricos podem, legitimamente, acusar nos outros.

Entre os extremos da teoria das leis estruturais e do instrumentalismo encontra-se a prática do senso comum em construir generalizações teóricas de médio alcance. Essa prática consiste em teorizar as condições pelas quais certos tipos de explicação são, provavelmente, superiores a outras, bem como sobre as relações entre tipos de variáveis em explicações multicausais. Fazer teoria desse modo é visto, frequentemente, como desprezível pelos teóricos da escolha racional, impressionados pelas perspectivas que transmitem a ciência sobre a dedução de hipóteses de leis gerais adequadamente fundamentadas. Na ausência de leis gerais da política, confirmadas empiricamente, então, o desenvolvimento de generalizações de níveis médios pode ser a única alternativa teórica praticável.

Uma última possível réplica ao nosso argumento seria a de que os critérios que propusemos são exigentes, mas irrealistas, não no sentido, já apresentado, da "falseabilidade baseada no critério da simplicidade", mas porque, de fato, nenhuma das teorias alternativas existentes em ciência política os cumpririam. Se as teorias da escolha racional não conseguem vencer os testes, de fato, insuperáveis para cada outra teoria da política, de que adianta demonstrar a sua debilidade?

Estamos prontos a admitir que existe uma parte de verdade nessa tese. É fato que as teorias de importância e amplitude comparáveis àquela da escolha racional raramente funcionaram bem nas ciências sociais e na ciência política. Não duvidamos de que se possa demonstrar que teorias como o marxismo, o elitismo, a teoria dos sistemas e o estrutural-funcionalismo revelar-se-iam, também, vulneráveis se fossem submetidas ao mesmo gênero de exame usado pelos modelos da escolha racional. Entretanto, isso não significa que os critérios de avaliação sejam bastantes exigentes. O argumento é igualmente compatível com a conclusão de que essas teorias são ambiciosas e irrealistas. Se uma série

de teorias dirigida para explicar cada comportamento e instituição política não apresenta boa sustentação, pode-se colocar em questão a oportunidade de se propor tais teorias, mais do que discutir esta ou aquela noção de sucesso ou de equívoco. Dada a precedente discussão da heterogeneidade dos fenômenos políticos, não deveria surpreender que esta seja a nossa opinião.

Se aceitarmos conceber o estudo científico da política em termos menos instrumentais, é possível identificar progressos. E progressos podem ser identificados no âmbito mesmo da tradição da escolha racional. Fiorina (1993), por exemplo, apresenta uma previsão, adequadamente verificada, do fato de que os salários mais altos e as sessões legislativas mais longas, que têm acompanhado a profissionalização dos parlamentos, determinaram um incremento do número de representantes no Partido Democrático. Antes da profissionalização, assinala o autor, as ocupações das quais procediam os democratas não incentivavam a participação de uma atividade parlamentar pouco remunerada e de tempo parcial. A hipótese, de que a mudança dos incentivos ocupacionais teria imprimido uma alteração nas relações de força entre os partidos, é investigada confrontando-a com as hipóteses alternativas, como aquela que supõe ser os representantes liberais mais atraídos para a política, na medida em que aumentam os gastos governamentais. E os dados de Fiorina foram comprovados. Certamente, porém, sua hipótese não é inequivocamente original. A idéia de remunerar os parlamentares já vinha se difundindo, desde o século XIX, o que muito auxiliou na quebra da hegemonia da aristocracia fundiária na Câmara dos Comuns. Não obstante, o autor em questão é capaz de demonstrar não apenas que a lógica dos incentivos ocupacionais produziu um efeito nos parlamentos, mas também que esta facilitou a explicação de um outro fenômeno que os pesquisadores haviam tentado explicar – o governo dividido.

Um outro exemplo de trabalho empírico bem concebido pode ser encontrado no estudo das dinâmicas das estratégias dos candidatos às primárias presidenciais (Aldrich, 1980). A análise das opções estratégicas que Gerald Ford e Ronald Reagan deveriam levar em conta, nas primárias de 1976, destaca algumas previsões iluminadoras do modo pelo qual os candidatos dirigem suas campanhas. Aldrich sustenta, por exemplo, que os candidatos tendem a entrar em disputa nos Estados em que acreditam ter um forte apoio. Os riscos de se atrair a atenção da mídia e de elevar o nível das expectativas por uma campanha que, em seguida, poderia fracassar, são julgados muito altos, ainda que confrontados com o custo da renúncia de alguns delegados que, de outra maneira, poderiam

ser conquistados. Essa análise, apoiada por outras observações sobre as implicações estratégicas das modalidades de seleção dos candidatos, nos vários Estados, é, posteriormente, verificada por uma exposição detalhada do efetivo desenvolvimento da competição entre os candidatos. No contexto de uma análise derivada de uma reflexão sobre o cálculo estratégico dos atores racionais, o valor agregado deste estudo, portanto, está na explicação informativa de que a competição nas primárias é aquela que se dá quando se defrontam dois candidatos do mesmo nível. Do mesmo modo, a teoria de Aldrich não tem a pretensão de originalidade, mas, em combinação com a sua base empírica rigorosa, contribui para a nossa compreensão das campanhas eleitorais e lança os fundamentos de estudos, posteriores, sobre as conseqüências da mudança das leis eleitorais.

Esses resultados fazem progredir a produção do conhecimento sobre a política, ainda que não à altura da grande pretensão com a qual a teoria da escolha racional tem, as vezes, proclamado. Tendo em vista a considerável tradição de pesquisa empírica desse tipo, destaca-se o fato de que os nossos critérios não são novos nem excessivamente exigentes para a ciência política. Observa-se que nenhuma dessas pesquisas empíricas abriga teoremas, as hipóteses em questão não são deduzidas de leis estruturais e não há nenhuma pretensão de generalizá-las para outros contextos políticos ou estratégicos. Estas são, em suma, do mesmo gênero das formas mais convencionais de pesquisa nas ciências sociais.

Conclusão

O argumento central deste ensaio foi o de que as aplicações empíricas da teoria da escolha racional, em ciência política, dos anos 60 até hoje, estão viciadas por uma síndrome de insuficiência metodológica. Essas insuficiências são de natureza distinta dos erros banais que, recorrentemente, se apresentam na ciência social empírica. Resultam da ambição de se propor uma teoria universal da política e da convicção de que nada menos pode bastar para fazer uma ciência verdadeira. Permanecemos céticos sobre o fato de que uma teoria universal da política possa sobreviver a um exame empírico sistemático. No futuro, talvez, o nosso ceticismo poderá ser superado, mas sobre este ponto se pode apenas especular. A nosso juízo, entretanto, até agora não se desenvolveu nenhuma teoria universal, empiricamente dotada de credibilidade, pelos proponentes da escolha racional. Não nos surpreende que os teóricos da escolha racional que utilizaram as explicações empíricas tenham, quase

sempre, abandonado as ambições universalizantes em favor de formulações mais pontuais e restritas. E julgamos que ostentar essa posição não deve ser vista como uma ameaça às aspirações científicas dos teóricos da escolha racional; ao contrário, esta é essencial para se construir, no futuro, uma variante da teoria racional que faça avançar a nossa compreensão da política. Enfim, pode ser útil reforçar algumas das mudanças necessárias para que a abordagem racional supere os problemas que dificultaram o progresso dessa forma de ciência política.

Em primeiro lugar, os teóricos da escolha racional deveriam resistir ao impulso de salvar a teoria da sujeição da pesquisa de tipo *method driven*. Em vez de se indagar como a teoria racional poderia explicar X, seria mais útil uma abordagem de tipo *problem driven*: “como se explica X?”. Essa opção conduzirá, naturalmente, ao estudo da importância relativa de uma multiplicidade de possíveis variáveis explicativas. Não há dúvida de que o cálculo estratégico será uma dessas variáveis, mas serão, igualmente importantes outras como os hábitos de comportamento, normas e culturas, e, ainda, as diferentes capacidades dos indivíduos e as especificidades das circunstâncias históricas. Poder-se-ia resistir à tentação de refugiar dessa complexidade e construir, ao contrário, modelos explicativos que considerem a variável do cálculo racional, ainda que isto signifique reduzir o âmbito de aplicação. Não estamos recomendando que se faça trabalho empírico em detrimento da teoria; mas gostaríamos que os teóricos tratassem melhor os dados e teorizassem-no de modo empiricamente pertinente.

Solicitar que se teorize sobre os dados, com mais atenção, significa colocar em evidência a tensão entre o desenvolvimento da teoria e a sua verificação na ciência empírica. De um lado, a incapacidade de construir teorias empiricamente informadas pode desencadear teorizações irrelevantes e uma proliferação de controvérsias concentradas, quase que exclusivamente nas mesmas conjecturas teóricas pelas quais estão submetidas. De outro, teorizações empiricamente informadas acabam por engendrar teorias remendadas *post hoc*. O único modo de chegar ao fim desse dilema é contentar-se com teorias modificadas para responder aos equívocos precedentes da teoria. As teorias devem ser revistas quando não são capazes de dar conta dos dados, mas a teoria revista deve poder se submeter à verificação de novos dados. Em suma, os teóricos da escolha racional deveriam convencer-se da necessidade de realizar verificações empíricas sistemáticas ao longo do processo de elaboração teórica.

Em segundo lugar, os teóricos deveriam abandonar o universalismo puro e a concomitante tendência de desacreditar ou de absorver as posi-

ções alternativas. As hipóteses que derivam da teoria da escolha racional poderiam adquirir maior profundidade se realizassem uma distinção mais clara entre a ação racional e outras modalidades de comportamento. Nesse caso, as verificações empíricas seriam mais convincentes e ricas de informações se fossem dirigidas para sondar os limites do que a escolha racional pode explicar. Essa mudança de perspectiva encorajaria os teóricos da escolha racional a disporem de mais atenção no momento de determinar as condições em que pudessem preservar as suas explicações à luz da observação empírica.

Do momento de sua introdução na ciência política, as teorizações da escolha racional serviram a dois impulsos contrários: um espírito interdisciplinar voltado para unificar a explicação da ciência social e uma tendência paroquial de interpretar todos os fenômenos sociais a partir de uma ótica microeconômica. Downs (1957, p.8), por exemplo, evitava, explicitamente, a explicação sociopsicológica, não obstante tivesse um grande conhecimento dessa variável, por medo de perder a sua própria originalidade:

Os estudos empíricos são quase unânimes em concluir que o ajustamento nos grupos primários é, quase para todos, muito crucial para as motivações, mais remotas, relacionadas ao bem-estar econômico ou político ... Não obstante, no nosso mundo devemos assumir que o comportamento humano seja guiado, sobretudo, por estas últimas. De outro modo, toda análise econômica e política revelar-se-ia um mero apêndice da sociologia dos grupos primários.

Se, ao contrário de fazer da ciência social um encontro de pugilato entre perspectivas teóricas em competição, em que apenas uma estaria destinada a prevalecer, as considerássemos como um empreendimento em comum para que as explicações se condicionassem e se arriscassem reciprocamente, as tentativas facciosas que alimentam uma pesquisa, metodologicamente insatisfatória, poderiam ser mantidas sob controle. Mais do que simplesmente responder sim ou não à teoria racional, seria mais proveitoso indagar como é que a racionalidade e outros aspectos da natureza e das organizações humanas interagem na produção dos processos políticos que nos esforçamos para compreender.

Referências bibliográficas

- ABELL, P. Is rational choice theory a rational choice of theory? In: COLEMAN, J. S. e FARARO, T. J.(Org.) *Rational choice theory: advocacy and critique*. Newbury Park: Sage, 1992.

- ACHEN, C. H., SNIDAL, D. Rational choice deterrence theory and comparative case studies. *World Politics*, n.41, p.43-69, 1989.
- ALDRICH, J. A. *Before the Convention: strategies, choices in presidential nominations campaigns*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- AUSTEN-SMITH, D. Rational consumers and irrational voters: a review essay on black hole tariffs and endogenous policy. *Economics and Politics*, n.3, p.73-92, 1991.
- BANKS, J. S. Agency budgets, cost information, and auditing. *American Journal of Political Science*, n.33, p.670-99, 1989.
- BANKS, J. S., KIEWIET, D. R. Explaining patterns of candidate competition in congressional elections. *American Journal of Political Science*, n.3, p.997-1015, 1989.
- BENTHAM, J. *A fragment on government and an introduction to the principles of morals and legislation*. Oxford: Basil Blackwell, 1960.
- BOLLEN, K. A. *Structural equations with latent variables*. New York: Miley, 1989.
- BRAMS, S. J. *Biblical games: a strategic analysis of stories in the Old Testament*. Cambridge: MIT Press, 1980.
- BRENNAN, G., BUCHANAN, J. M. Voter choice: evaluating political alternatives. *American Behavioral Scientist*, n.28, p.185-201, 1984.
- BUENO DE MESQUITA. Toward a scientific understanding of international conflict: a personal view. *International Studies Quarterly*, n.29, p.121-136, 1985.
- CALVERT, R. L. Robustness of multidimensional voting model: candidates motivations, uncertainty and convergence. *American Journal of Political Science*, n.29, p.69-95, 1985.
- DENZAU, A. T.; RIKER, W. H., SHEPSLE, K. A. Farquharson and Fenno: sophisticated voting and home style. *American Political Science Review*, n.79, p.1117-34, 1985.
- DOWNS, A. *An Economic theory of democracy*. New York: Harper & Row, 1957.
- ELSTER, J. (Org.) *Rational choice*. New York: New York University Press, 1986.
- FELDMAN, P., JONDROW, J. Congressional elections and local federal spending. *American Journal of Political Science*, n.28, p.147-63, 1984.
- FEREJONH, J. Rationality and interpretation: parliamentary elections in early Stuart England. In: MONROE, K. R. (Org.) *The economic approach to politics: a critical reassessment of theory of rational action*. New York: Harper Collins, 1991.
- FIORINA, M. P. Divided government in the American States: an unintended consequence of legislative professionalism? *Working Paper*, Center for American Political Studies, Harvard University, 1993.
- FIORINA, M. P., SHEPSLE, K. A. Equilibrium, disequilibrium and the general possibility of a science of politics. In: ORDESHOOK, P. C., SHEPSLE, K. A. (Org.) *Political equilibrium*. The Hague: Kluwer-Nijhoff, 1982.

- GREEN, D. P., SHAPIRO, I. *Pathologies of rational choice theory: a critique of applications in political science*. New Haven: Yale University Press, 1994.
- GROFMAN, B. Is turnout the paradox that ate rational choice theory? In: GROFMAN, B. (Org.) *Information, participation and choice*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 1993.
- HOFFMAN, E., SPITZER, M. L. The Coase theorem: some experimental tests. *Journal of Law and Economics*, n.25, p.73-98, 1982.
- KAVKA, G. S. Rational maximizing in economic theories of politics. In: MONROE, K. R. (Org.) *The economic approach to politics: a critical reassessment of the theory of rational action*. New York: Harper Collins, 1991.
- KNIGHT, J. Social norms and economic institutions. *American Political Science Review*, n.86, p.1063-64, 1992.
- KREHBIEL, K., RIVERS, D. Sophisticated voting in Congress: a reconsideration. *Journal of Politics*, n.52, p. 548-78, 1990.
- KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- LAKATOS, I. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: LAKATOS, I., MUSGRAVE, A. (Org.) *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- LOWESTEIN, D. H. Campaign spending and ballots proposition: recent experience, public choice theory and the first amendment. *UCLA Law Review*, n.29, p.505-641, 1982.
- McCUBBINS, M. D. Government on law-away: federal spending and deficit under divided party control. In: COX, G. W., KERNELL, S. (Org.) *The politics of divided Government*. Boulder: Westview, 1991.
- McKELVEY, R. D., ORDESHOOK, P. C. An experimental study of effects of procedural rules on committee behavior. *Journal of Politics*, n.46, p.182-205, 1984a.
- _____. Rational expectations in elections: some experimental results based on a multidimensional model. *Public Choice*, n.44, p.61-102, 1984b.
- _____. Elections with limited information: a multidimensional model. In: *Mathematical Social Sciences*, n.14, p.77-99, 1987.
- McKELVEY, R. D., RIEZMAN, R. Seniority in legislatures. *American Political Science Review*, n.86, p.951-65, 1992.
- MILLER, R. *Fact and method*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- MOE, T. M. On the scientific status of rational choice theory. *American Journal of Political Science*, n.23, p.215-43, 1979.
- MONROE, K. R. The theory of rational action: what is it? How useful is it for political science? In: CROTTY, W. (Org.) *Political science: looking to the future*. Evanston: Northwestern University Press, 1991.
- MUELLER, D. L. *Public Choice II*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

- OLSON, M. *The logic of collective action*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- ORDESHOOK, P. C. The development of contemporary political theory. In: BARNETT, W. A., HINICH, M. J., SCHONFIELD, N. J.(Org.) *Political Economy: institutions, competition and representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- POPPER, K. *The logic of scientific discovery*. New York: Lisher, 1959.
- _____. *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge*. London: Routledge and Keegan Paul, 1963.
- POSNER, K. An economic theory of the criminal Law. *Columbia Law Review*, n.85, p.1193-1231, 1985.
- RAGSDALE, L., COOK, T. E. Representatives' actions and challengers' reactions: limits to candidate connections in the House. *American Journal of Political Science*, n.31, p.45-81, 1987.
- RIKER, W. H. Arrows's theory and some examples of the paradox of voting. In: CLAUNCH, J. M. (Org.) *Mathematical applications in political science*. Dallas: Southern Methodist University Press,1965. v.1.
- _____. *Liberalism against populism*. San Francisco: Freeman, 1982.
- _____. *The art of political manipulation*. New Haven: Yale University Press,1986.
- _____. Political science and rational choice. In: ALT, J. E., SHEPSLE, K. J. (Org.) *Perspectives on positive political economy*. Cambridge: Cambridge University Press,1990.
- RIKER, W. H., WEINGAST, B. Constitutional regulation of legislative choice: the political consequence of judicial deference to legislatures. *Virginia Law Review*, n.74, 373-401, 1988.
- ROEMER, J. E. Continuing controversy on the falling rate of profit: fixed capital and other issues. *Cambridge Journal of Economics*, n.3, p 379-98, 1979a.
- _____. Mass action is nor individually rational: reply. *Journal of Economics Issues*, n.13, p.763-67, 1979b.
- RUSSELL, C. S. Applications of public choice theory: an introduction. In: RUSSELL, C. S. (Org.) *Collective decision making: an application from public choice theory*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1979.
- SATZ, D., FERREJONH, J. Rational choice and social theory, 1993. (ms.)
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper and Row, 1942.
- SPILLER, P. T., SPITZER, M. L. Judicial choice of legal doctrines. *Journal of Law, Economics and Organization*, n.8, p.8-44, 1992.
- STROM, G. S. *The logic of lawmaking: a spatial theory approach*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1990.

- TILLOCK, H., MORRINSON, D. E. Group size and contribution to collective action: a test of Mancur Olson's theory on zero population growth. *Research in Social Movements, Conflict and Change*, n.2, p.131-58, 1979.
- VAN PARIJS, P. The falling-rate-of-profit theory of crisis: a rational reconstruction by way of obituary. *Review of Radical Political Economics*, n.12, p.1-16, 1980.
- WEINGAST, B. Floor behavior in the US Congress: committee power under the open role. *American Political Science Review*, n.83, p.795-815, 1989.
- WITTMAN, D. Determinants of participation in presidential elections: a comment. *Journal of Law and Economics*, n.18, p.735-41, 1975.